

## PLANO ANUAL DE AUDITORIA – ITERJ 2022





## DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

NOME COMPLETO E OFICIAL DA UI	NIDADE:	
Instituto de Terras e Cartografia do	Estado do Rio de	Janeiro.
CNPJ: 40.173.726/0001-40		
SIGLA: ITERJ	<b>UG:</b> 133100	<b>GESTÃO:</b> 533100
NATUREZA JURÍDICA:	VINCULAÇÃO:	
111-2- Autarquia Estadual	Secretaria de Estado das Cidades - SECID	
ENDEREÇO: Rua Regente Feijó nº 7,	. 3º, 4º e 5º andar	res, CEP: 20060-060
Centro, Rio de Janeiro.		
TELEFONE: (21) 2332-7257 E-MAIL: auditoria@iterj.rj.gov.br		
/7235		
PÁGINA INSTITUCIONAL: http://ww	w.iterj.rj.gov.br/i	terj/site

NOME COMPLETO E OFI	CIAL DA UNIDADE:		
Fundo de Terras do Esta	do do Rio de Janeiro.		
CNPJ: N/T			
SIGLA: FUNTERJ	<b>UG</b> : 196100 <b>GESTÃO</b> : 53620		
NATUREZA JURÍDICA:	VINCULAÇÃO: Secretaria de Estad	do das Cidades - SECID	
<b>ENDEREÇO:</b> Rua Regente 5º andares, Centro, Rio c	1919	CEP: 20060-060	
TELEFONE: (21) 2332-7235/7257		EMAIL: auditoria@iterj.rj.gov.br	
PÁGINA INSTITUCIONAL	: http:/www.iterj.rj.g	ov.br/iterj/site	





## 1- INTRODUÇÃO

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto nº 46.873, de 13 de dezembro de 2019, apresento o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna — PLANAT da Unidade de Controle Interno — UCI do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro — ITERJ e do Fundo de Terras do Estado do Rio de Janeiro — FUNTERJ.

O PLANAT tem por finalidade definir as atividades que serão realizadas pela UCI no exercício. Este Plano está organizado em sete seções.

Após a introdução, estão descritos o ambiente a ser auditado, a composição da equipe e as atividades para o aprimoramento do pessoal, o detalhamento das auditadas, as restrições e riscos associados à execução do PLANAT e comentários a cerca da aprovação do plano pela alta administração.

Com a edição dos Decretos nº 47.849 de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre a adoção de Auditoria no Programa de Investimentos – PACTO RJ, bem como, a Instrução Normativa AGE Nº 49 de 20 de dezembro de 2021, que prioriza tema relevante para ser auditado pelas Unidades de Controle Interno – UCI, no exercício de 2022.

### 2- DESCRIÇÃO DO AMBIENTE A SER AUDITADO

2.1 Objetivo e missão Institucional do ITERJ

O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ tem como atribuição Constitucional democratizar o acesso à terra – posseiros, sem teto e sem terra – intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária.

Como órgão técnico, o ITERJ é executor da política fundiária e agrária do Estado, visando promover, ordenar e priorizar os assentamentos urbanos e rurais em terras públicas e privadas.

Ao garantir a permanência das famílias na terra, além da titulação, o ITERJ promove o desenvolvimento sustentável dos assentamentos urbanos e rurais com intervenções urbanísticas e projetos geradores de trabalho e renda. Nas áreas urbanas as intervenções combinam dimensões jurídica (titulação) e urbanística (infraestrutura e habitação), considerando que o reconhecimento social da moradia não se reduz ao direito de propriedade da terra.

No art. 4º do decreto nº 26.818 de 31 de julho de 2000, Anexo I, consta o detalhamento das competências do lTERJ.

O FUNTERJ tem como principal atribuição proporcionar recursos financeiros de natureza suplementar, para operacionalização de assentamentos de famílias de baixa renda em projetos de assentamentos urbanos e rurais.



Programa de Governo do Estado do Rio de Janeiro - PACTO RJ, cabe ao Instituto de Terras e Cartografia a função de Regularização Fundiária que tem por objetivo a entrega, de Termos Administrativos de Posse e Moradia, nas Comunidades.

#### 2.2 Legislação Institucional

- ➤ Lei Estadual nº 1.738/1990 Lei de criação do ITERJ;
- ➤ Lei Estadual nº 2.695/1997 que altera a Lei 1.738/1990 e autoriza a criação do FUNTERJ;
- ➤ Decreto Estadual nº 16.491/1991, alterado pelo Decreto Estadual nº 23.289/1997 e posteriormente pelo Decreto Estadual nº 26.818/2000;
- ➤ Decreto Estadual n.º 41.879/2009 Regulamenta a Lei Estadual nº 2.695/1997 que criou o FUNTERJ;
- ➤ Processo E-07/020/181/2017 estão sendo analisadas as alterações do regimento Interno e Organograma do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do RJ

#### 2.3 Relatório de Auditores Independente

Informo que não havia para o presente exercício, a previsão de relatórios de auditores independentes, e que não houve nenhum relatório de Auditores Independentes não previstos no período de 01/10 a 31/12/2021.

## 2.4 BREVES COMENTÁRIOS SOBRE O ORÇAMENTO DA UNIDADE

Do valor inicial de dotação do ITERJ, para o exercício de 2021, era de R\$ 25.328.788,00 ( vinte e cinco milhões, trezentos e vinte oito mil, setecentos e oitenta e oito reais), o Instituto, já no exercício de 2021, passou por trocas de gestão, tendo sido a última em 15 de junho, quando a nova Presidente, assumiu como titular do Instituto e trouxe com sua nova gestão a necessidade do atendimento das metas estipuladas pelo Governo do Estado no programa "PACTO-RJ". um aporte de suplementação no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

O Programa ressalta a importância estratégica para a solução da crise fundiária do Estado, com a previsão de entrega de aproximadamente 72.000 (setenta e dois mil) títulos, nos próximos 12 (doze) meses à população fluminense, fato que impactou diretamente no orçamento do ITERJ, com a suplementação parcial do orçamento vigente, na ordem de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), nos termos do Decreto Estadual nº 47.659, de 24 de junho de 2021 (processo SEI330020/000532/2021), visando adequar o orçamento vigente às reais necessidades do órgão, honrando compromissos assumidos, possibilitando a modernização de toda estrutura tecnológica e, da renovação da frota que se encontrava em situação precária, bem como a reposição de benefícios aos servidores desta Autarquia.



O Orçamento previsto para o ano de 2022 de R\$ 52.949.043,00, representando 109,05% maior que o exercício anterior. (fonte: PLOA 2022.)

Tabela 1: variação dotação inicial (fonte: PLOA 2021 e 2022)

UNIDADE GESTORA	DOTAÇÃO INICIAL 2021	DOTAÇÃO INICIAL 2022	VARIAÇÃO %
133100	R\$ 25.328.788,00 .	R\$ 52.949.043,00	109,05%
196100	R\$ 10.000,00	R\$ 587.012,00	5.770,12%

Os principais gastos e programas de governo/trabalho do ITERJ e FUNTERJ para o exercício de 2022, tem como função a organização agrária, buscando a Reforma Urbana e Reforma Agrária, ambas com Programas de Política Habitacional e Regularização Fundiária, tendo a urbana ações voltadas para o assentamento e reassentamento de famílias; e a agrária ações com objetivos de regularização fundiária de interesse social, fomento sócio produtivo dos assentamentos, geocadastros e regularização fundiária e o registro da luta pela terra e moradia no Estado do Rio de Janeiro. Participar na reformulação das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, fornecer subsídios para as políticas públicas de desenvolvimento agrícola, reforma agrária, desenvolvimento urbano e regional e de preservação ambiental.

O FUNTERI participa do orçamento com a mesma função e programa de trabalho, porém, com ação voltada para o financiamento de projetos.

### 2.5 LIMITAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.

As nossas maiores limitações, no momento dizem respeito ao reduzido quadro de pessoal disponibilizado à Assessoria Interna, contamos com apenas dois servidores, considerando o aumento dos trabalhos da Auditoria em face das novas demandas de priorização aos temas relevantes para serem auditados pela UCI para o exercício de 2022, conforme Instrução Normativa AGE nº 49 de 20 de dezembro de 2021, e demais normativos que ainda estão por vir, dado a importância do tema, ainda temos um problema de não termos sala própria, para que possamos analisar os processos com a concentração e silêncio necessários, no momento, estamos dividindo o espaço físico com a Diretoria de Administração e Finanças.

## 3- COMPOSIÇÃO DA EQUIPE, EQUIPAMENTOS, AMBIENTE E SISTEMAS.

#### 3.1 EQUIPE:

No momento, esta Unidade de Controle Interno – UCI conta com duas servidoras lotadas na Unidade de Controle Interno - UCI, uma ocupando o cargo em comissão de Assessora Chefe, sendo qualificada com a graduação de nível superior completo como Bacharel em Ciências Contábeis e especialização em Administração Pública, com nível de conhecimento técnico e prático dos atos e fatos que dão origem aos lançamentos nas áreas de execução financeira e administrativa, ampliado por experiências e participações em cursos em diversas áreas da Administração financeira, sendo diretamente vinculada à Presidência do Instituto.



Acumulando às atribuições do cargo de Assessora e de Gestora do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS.

Conta também, com uma servidora ocupante de cargo efetivo - Assistente Executivo, deste Instituto, qualificada com graduação de nível superior completo como Bacharel em Ciências Contábeis, com conhecimento contábil, técnico e prático dos atos e fatos que dão origem ao lançamento e apurações nas áreas de execução afim, ampliado por experiências e participações em cursos em diversas áreas de controle

Quadro 1: composição da equipe de Auditoria.

NOME	ID FUNCIONAL	FUNÇÃO	DATA INGRESSO	FORMAÇÃO
MARIÂNGELA MONTEIRO CRUZ	4401024-9	ASSESSOR CHEFE	01/10/2021	BACHAREL CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MARCIA ELAINE DOS REIS	4436186-6	ASSISTENTE EXECUTIVO	02/03/2019	BACHAREL CIÊNCIAS CONTÁBEIS

#### 3.2 EQUIPAMENTOS:

A estrutura física e os equipamentos disponibilizados à UCI se localizam no 5º andar da sede do ITERJ e atendem as necessidades atuais. Contamos com um espaço climatizado e reservado, com equipamentos de processamento de dados (computador e impressora/scanner compartilhados com a Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF).

#### 3.3 SISTEMAS:

SEI; SIAFE-RIO; SIGFIS; SIGA; CONCASE; PACOTE OFFICE.

## 4- ATIVIDADES DE APRIMORAMENTO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO:

4.1 Descrever as atividades a serem realizada para fins de gestão e melhoria da qualidade da atividade de Auditoria Interna Governamental.

É necessário a ampliação do quadro de pessoal disponibilizado à unidade de Controle Interno para termos uma melhor produtividade e qualidade nas atividades de realização de Auditorias e avaliações da Gestão Contábil, Financeira, Operacional e Patrimonial do ITERJ, assegurando o compliance do órgão com os Atos Normativos e demais legislações aplicáveis..

## 4.2 Relacionar a previsão de capacitação dos servidores em cursos e eventos

Após as restrições impostas pela pandemia em 2020 e 2021, que ocasionaram uma nova e urgente reformulação no oferecimento de cursos presenciais, trazendo uma dinâmica de palestra e



cursos on-line, o que de certa forma nos favorece por conta do deslocamento, muitas vezes, impossível para alguns de nós, nos trazendo um facilitador para agregarmos valor e experiência aos nossos setores. Sendo certo que ainda vivenciamos um momento de incertezas, considerando ainda a existência do vírus e suas novas variantes, e manutenção de restrições e cuidados.

Dessa forma, estamos aguardando as capacitações que serão disponibilizadas gratuitamente pela Controladoria Geral do Estado – CGE, bem como os cursos oferecidos pala Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas Do Estado do Rio de Janeiro – ECG TCERJ, cujos temas sejam relacionados ao aprimoramento das atividades de auditoria, que contribuam com a diversidade de trabalhos executados e que estejam em consonância com as atividades e de acordo com o caráter multidisciplinar de atuação profissional desta Unidade de Controle Interno, visando à melhoria da qualidade da atividade de Auditoria Interna.

#### 5- DETALHAMENTOS DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

As atividades a serem realizadas em 2022, englobam os temas considerados obrigatórios, especialmente os constantes do modelo 3ª da Deliberação TCE/RJ nº 278/2017, bem como, a Instrução Normativa da Auditoria Geral do Estado - AGE nº 49 de 20 de dezembro de 2021, que prioriza tema relevante a ser auditado pelas Unidades de Controle Interno — UCI exercício 2022 e que deverão estar contemplados no Plano Anual de Auditoria Interna — PLANAT.

## 5.1 Relação, Objetivos e detalhamento dos trabalhos a serem realizados pela UCI.

Quadro 2: Atividades de Auditora Interna para o ITERI - Exercício 2022

Νo	Tipo de atividade	Descrição	Base Legal	Cronograma
01	PLANAT 2022	Definir o planejamento de auditoria da UCI para o exercício corrente	Resolução CGE nº 70 de 23 de Dezembro de 2020, IN AGE nº 49 de 20 de dezembro de 2021.	Início: 01/01/2022 Fim: 28/01/2022
02	PLANAT 2023	Definir o planejamento de auditoria da UCI para o exercício seguinte	Resolução CGE nº 70 de 23 de Dezembro de 2020, IN AGE nº 49 de 20 de dezembro de 2021.	Início: 01/10//2022 Fim: 31/12/2022
03	RANAT 2021	Relatório Anual de Atividades desenvolvidas na UCI em 2021	Resolução CGE nº 70 de 23 de dezembro de 2020	Início: 01/12/2021 Fim: 31/01/2022
04	RANAT 2022	Relatório Anual de Atividades a ser desenvolvido na UCI em 2022	Resolução CGE nº 70 de 23 de dezembro de 2020	Início: 01/12/2022 Fim: 31/01/2022
05	RAA	Relatório Anual de auditoria após examinar a prestação de contas - PCA e o desempenho do Órgão em relação à gestão, conforme modelo 3A da Deliberação TCR /RI nº 278/2017	Resolução CGE nº 55 de 31 de março de 2020 e Deliberação TCE RJ 278/2017	Início: 01/04/2022 Fim: 30/06/2022
06	GESTÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	Relatório de Auditoria após análise da prestação de contas de recursos descentralizados recebidos e /ou concedidos, objetivando verificar a regularidade/irregularidade da aplicação dos recursos.	Decreto nº 42.436 de 30 de abril de 2010 e IN AGE nº 24/2013	Sob demanda
07	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS	Relatório de Auditoria após análise da prestação de contas de concessão de despesas miúdas de pronto pagamento — Adiantamentos,	Decreto nº 3.147 de 28 de abril de 1980	Sob demanda permanente





Auditoria Interna objetivando verificar regularidade/irregularidade da aplicação dos recursos. 80 APURAÇÃO DO Parecer com objetivo de atestar a existência de Decreto 46.931/20220 e Sob demanda/2º **SUPERAVIT** disponibilidade de recursos decorrentes de IN AGE nº 09/2010 trimestre superávit financeiro. 09 LIQUIDAÇÕES Parecer com objetivo de verificar a instrução Lei Federal Sob demanda nº processual e a conformidade da liquidação e 4.320/1964 permanente pagamento da despesa Estadual nº 287 /1979 10 ELABORAÇÃO DE Elaboração de Nota Técnica nos termos da Decreto nº 47.408 de 17 Sob demanda **NOTA TÉCNICA** Resolução CGE nº 56 de 09 de junho de 2020, ou de dezembro de 2020 e ato administrativo que venha substituí-la, Resolução Conjunta referente aos processos que se enquadrem no SEFAZ/SEPLAG/SECC Nº art. 3º do decreto nº 47.329 de 21 de outubro de 37 de 15 de janeiro de 2020. 2021 AVALIAÇÃO DA Análise de tema relevante a ser priorizado pela Decreto nº 47.849 de 30 Sob demanda GOVERNANÇA, UCI, referente à maior significância estratégica, de novembro de 2021 e permanente prioridade materialidade dos valores sujeitos a riscos e Instrução normativa AGE máxima enfrentamento a vulnerabilidades nos processo, nº 49 de 20 de dezembro conforme Instrução normativa AGE nº 49 de 20 de 2021. de dezembro de 2021. 12 AVALIAÇÃO DA Análise de tema relevante a ser priorizado pela Decreto nº 47.849 de 30 Sob demanda GESTÃO DE RISCOS UCI, referente à maior significância estratégica, de novembro de 2021 e permanente materialidade dos valores sujeitos a riscos e Instrução normativa AGE prioridade máxima enfrentamento a vulnerabilidades nos processo, nº 49 de 20 de dezembro conforme instrução normativa AGE nº 49 de 20 de 2021. de dezembro de 2021. AVALIAÇÃO DO Análise de tema relevante a ser priorizado pela Decreto nº 47.849 de 30 Sob demanda CONTROLE UCI, referente à maior significância estratégica, de novembro de 2021 e permanente PREVENTIVO NAS materialidade dos valores sujeitos a riscos e Instrução normativa AGE prioridade máxima **AQUISIÇÕES** enfrentamento a vulnerabilidades nos processo, nº 49 de 20 de dezembro conforme Instrução normativa AGE nº 49 de 20 de 2021. de dezembro de 2021. 14 AVALIAÇÃO DO Análise de tema relevante a ser priorizado pela Decreto nº 47.849 de 30 Sob demanda PROGRAMA DE UCI, referente à maior significância estratégica, de novembro de 2021 e permanente INVESTIMENTOS materialidade dos valores sujeitos a riscos e Instrução normativa AGE prioridade máxima PACTO RJ enfrentamento a vulnerabilidades nos processo, nº 49 de 20 de dezembro conforme Instrução normativa AGE nº 49 de 20 de 2021.

Quadro 3: Atividades de Auditoria para o FUNTERI - exercício de 2022

de dezembro de 2021.

Nº	Tipo de atividade	Descrição	Base Legal	Cronograma
1	PLANAT 2022	Definir o planejamento de auditoria da UCI para o exercício corrente	Resolução CGE º 70 de 23 de dezembro de 2020	Início: 01/01/2022 Fim: 28/01/2022
2	PLANAT 2023	Definir o planejamento de auditoria da UCI para o exercício corrente	Resolução CGE º 70 de 23 de dezembro de 2020	Início: 01/10/2022 Fim: 31/12/2022
3	RANAT 2021	Relatório anual de atividades desenvolvidas pela UCI em 2021	Resolução CGE º 70 de 23 de dezembro de 2020	Início: 01/12/2021 Fim: 31/01/2022
4	RANAT 2022	Relatório anual de atividades desenvolvidas pela UCI em 2022	Resolução CGE º 70 de 23 de dezembro de 2020	Início: 01/12/2021 Fim: 31/01/2023
5	RAA	Relatório Anual de Auditoria e Parecer, após examinar a Prestação de Contas e o desempenho do Órgão em relação à gestão, conforme deliberação TCE RJ nº 278/2017.	Resolução CGE º 55 de 31 de março de 2020 e deliberação TCE RJ 278/2017	Início: 01/04/2022 Fim: 30/06/2022





#### 5.2 - Tratamento de demandas extraordinárias recebidas por esta UCI.

Até a presente data, no exercício corrente, não foram recebidas demandas extraordinárias por esta Audin, ressalvada a informação de que acumulo ao cargo de Assessora Chefe da Auditoria Interna, a de Gestora do Sistema integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS.

Considerando termos apenas duas servidoras lotadas em nossa Unidade de Auditoria interna, sempre que recebemos uma demanda extraordinária, ela é atendida paralelamente às atividade de rotina, sempre buscando dentro do possível, cumprir os prazos estabelecidos. Em geral, 15% (quinze por cento) do total de horas trabalhadas se destinam a atender demandas extraordinárias internas da alta administração (análises, consultas, orientações, etc.), e externas provenientes do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, da Auditoria Geral do Estado – Controladoria Geral do Estado – AGE/CGE-RJ e do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro.

## 6 - PREMISSA, RESTRIÇÕES E RISCOS ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DO PLANAT.

A elaboração deste Plano Anual de Auditoria Interna teve como premissa a observação das orientações estabelecidas em normas sobre Auditoria Interna governamental e fundamentada na Resolução CGE nº 70 de 23 de dezembro de 2020, Decreto nº 47.849 de 30 de novembro de 2021 e Instrução normativa AGE nº 49 de 20 de dezembro de 2021.

A indicação dos trabalhos elencados no item 5, englobam os temas considerados obrigatórios, especialmente os constantes no Modelo 3ª da deliberação TCE RJ nº 278/2017, e a priorização aos temas relevantes para serem auditados pela UCI para o exercício de 2022, conforme IN AGE nº 49 de 20 de dezembro de 2021e as expectativas da alta administração e as obrigações normativas associadas à execução orçamentária e financeira da autarquia.

Dessa forma, os trabalhos aqui propostos a partir das premissas acima, objetivam avaliar a conformidade em relação aos padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, a legalidade legitimidade da gestão, bem como a capacidade de os controles internos identificarem e corrigirem falhas e irregularidades.

Objetivam ainda, nos casos aplicáveis, analisar a eficiência, eficácia e efetividade da gestão em relação aos padrões administrativos e gerenciais expressos em metas e resultados previstos no seu planejamento orçamentário.

As restrições para a execução do PLANAT baseiam-se, na escassez de tempo e capital humano, falta de espaço físico apropriado para a execução eficiente dos trabalhos da Auditoria Intena.

Quanto aos riscos, é possível que ao longo do exercício de 2022, o cronograma de execuções das ações possa sofrer alterações em função de fatores internos ou externos não previstos e que não tenham como ser mitigados no presente momento, tais como: execução de trabalhos especiais, demandas extraordinárias dos órgãos de controle externo e da alta administração do ITERI, mudança na Gestão do Órgão, como ocorreu em 2021, que se apresentam além do previsto neste Plano.

A Pandemia da COVID-19 e suas inúmeras variantes, que ainda causam impactos no início do exercício de 2022, com os crescentes casos de infectados, ainda é uma ameaça e grande risco, que





podem afetar significativamente o andamento dos trabalhos, principalmente aqueles que dependem do serviço presencial.

# 7- APROVAÇÃO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ÓRGÃO OU PELO SEU RESPECTIVO DIRIGENTE MÁXIMO.

Por todo o exposto, e diante da proposta de trabalho elaborada pela Unidade de Controle Interno, submetemos o presente Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PLANAT/2022 a Ilma. Senhora Presidente deste Instituto de Terras e Cartografia, para aprovação em atendimento ao previsto nos artigos 5º e 15 da Resolução CGE nº 70 de 23 de Dezembro de 2020, e após aprovado, deverá o presente processo ser encaminhado à AGE, até dia 28 de janeiro de 2021, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, para a AGE/SUPEXT, conforme art. 3º da Instrução Normativa AGE nº 49 de 20 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2022.

Mariângela Monteiro Cruz
Assessora Chefe da Auditoria Interna
Id Funcional: 4401024-9